

## CONTEÚDO DO CURSO E MINISTRANTES

### FUNDAMENTOS DE DIREITO PARA ENGENHEIROS, ARQUITETOS, ASSESSORES E DIRIGENTES DE ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE ENGENHARIA, OBRAS E URBANISMO

#### I - AS FONTES DE DIREITO APLICÁVEIS AOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

1. Fontes de Direito aplicáveis aos serviços públicos de arquitetura e engenharia
  - 1.1. A Constituição Federal e a disciplina aplicável
  - 1.2. A hierarquia a ser observada na aplicação das fontes de Direito
  - 1.3. O âmbito de aplicação das leis e regulamentos
  - 1.4. As leis complementares e as leis ordinárias
  - 1.5. Os decretos regulamentares do exercício das atividades públicas
  - 1.6. As diversas espécies de regulamentos
    - 1.6.1. Os regulamentos editados por diferentes entes federados
    - 1.6.2. As normas da ABNT
    - 1.6.3. Os regulamentos editados pelo INMETRO e pelo CONMETRO
  - 1.7. O poder legal e regulamentar dos municípios
  - 1.8. A distribuição de competências
    - 1.8.1. A competência material (razão do conteúdo, do objeto)
    - 1.8.2. A competência legislativa
  - 1.9. A competência municipal
  - 1.10. Os conflitos de competência entre normas nacionais, estaduais e municipais
  - 1.11. As normas municipais e os vícios de iniciativa política material
  - 1.12. O poder regulamentar do órgão ou entidade municipal de engenharia
  - 1.13. A delegação de competência para outro ente federado
  - 1.14. Os convênios de cooperação e os requisitos de validade
  - 1.15. A utilização de códigos e leis de outros entes federados: possibilidades e limites

#### II – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVOS A OBSERVAR NOS SERVIÇOS TÉCNICOS

- 2.1. Os princípios como fonte de Direito aplicável ao serviço público
- 2.2. Princípios constitucionais e administrativos a observar nos trabalhos técnicos

#### III - ESTRUTURA ORGÂNICA NECESSÁRIA: ÓRGÃOS, CARGOS E FUNÇÕES

- 3.1. O órgão municipal e os requisitos para a competência
- 3.2. A hipótese de entidade da Administração Indireta
- 3.3. O exercício de cargos de confiança: requisitos de validade e limites às funções
- 3.4. As causas de nulidade dos cargos e funções de confiança e outras ilegalidades
- 3.5. Os cargos de natureza técnica e os requisitos de validade
- 3.6. A designação formal mediante portaria e decreto
- 3.7. Os casos de desvio de função
- 3.8. Os casos de atos instruídos por exercentes de estágio curricular

#### IV - A INSTRUÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

- 4.1. O que são atos administrativos
- 4.2. Os requisitos de validade dos atos administrativos
  - 4.2.1. Competência dos órgãos, entidades e agentes
  - 4.2.2. Finalidade dos atos administrativos
  - 4.2.3. Forma dos atos: discricionariedade e limites
  - 4.2.4. Motivo ou causa
  - 4.2.5. Objeto lícito
- 4.3. Espécies de atos administrativos relacionados à engenharia e arquitetura
  - 4.3.1. Atos regulamentares
  - 4.3.2. Atos ordinatórios (disciplina interna dos órgãos e agentes públicos)
  - 4.3.3. Atos negociais (declaração de vontade coincidente com o particular)
  - 4.3.4. Atos enunciativos (apenas certificam)
  - 4.3.5. Atos punitivos
- 4.4. Os termos de atuação e os demais atos: elementos de validade
- 4.5. A estruturação dos processos administrativos (qualquer demanda em análise)

#### V - A COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS

- 5.1. A competência material e legislativa para a fiscalização
- 5.2. Objeto do poder de polícia
- 5.3. Abrangência e limites de atuação
- 5.4. Atributos do poder de polícia

#### VI - INSTITUTOS JURÍDICOS DE INTERESSE PARA A ENGENHARIA: VISÃO GERAL

- 6.1. Estatuto da Cidade: aplicabilidade nos Municípios, faculdades e obrigações
- 6.2. A lei do Parcelamento do Solo Urbano

- 6.3. A Legislação Ambiental a ser contabilizada pela gestão municipal
- 6.4. Outras imposições ao Poder Público
- 6.5. Os Códigos de Obras, de Posturas e de Parcelamento e Uso do Solo Urbano
- VII - OS INSTITUTOS DE INTERVENÇÃO DA PROPRIEDADE: PRERROGATIVAS E LIMITES
- 7.1. A intervenção no domínio econômico na Constituição de 88
- 7.2. A intervenção e a Constituição Federal
- 7.3. Formas de intervenção na propriedade
- 7.3.1. Desapropriação ou expropriação
- 7.3.1.1. A legislação ordinária para a desapropriação
- 7.3.1.2. Requisitos para desapropriar
- 7.3.1.3. Procedimentos para a desapropriação
- 7.3.2. Servidão administrativa ou pública
- 7.3.3. Requisição administrativa
- 7.3.4. Ocupação temporária ou provisória
- 7.3.5. Limitações administrativas
- 7.3.6. Tombamento
- 7.3.7. Parcelamento e edificação compulsória
- 7.4. Formas de intervenção na propriedade: análise comparativa dos institutos jurídicos
- VIII - A RESPONSABILIDADE DECORRENTE DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
- 8.1. Os diferentes níveis de responsabilidade
- 8.2. As implicações no caso de acidentes
- 8.3. A responsabilidade criminal
- 8.4. A responsabilidade civil
- 8.5. A responsabilidade administrativa
- 8.6. A responsabilidade perante o órgão de classe
- 8.7. A responsabilidade objetiva da Administração Pública
- IX - AS HIPÓTESES DE RESPONSABILIZAÇÃO SUBJETIVA DOS TÉCNICOS E DEMAIS AGENTES
- 9.1. As hipóteses de dolo
- 9.2. As hipóteses de culpa omissiva ou comissiva
- 9.3. Responsabilidade por acidente de trabalho
- 9.4. Responsabilidade pelas vias públicas e sinalização viária
- 9.5. As hipóteses condenatórias: indenizações e ressarcimento de danos
- X – A LEI DE IMPROBIDADE E OS AGENTES DA ÁREA DE ENGENHARIA
- 10.1. Atos que impliquem vantagem indevida
- 10.2. Atos que causam prejuízo ao erário
- 10.3. Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública
- XI – O CÓDIGO PENAL E OS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA